

A liberdade religiosa em contexto de guerra: o caso dos católicos portugueses na frente europeia da Primeira Guerra Mundial

Luís Miguel Carvalho da Silva¹

Introdução

Entre o 5 de Outubro de 1910 e os finais de 1918 a sociedade portuguesa viveu sobressaltada por dois grandes conflitos: o da participação na Grande Guerra e o conflito entre o novo regime republicano e a Igreja Católica. Por este motivo, os estudos em torno da questão religiosa (como os da laicização da sociedade e da separação do Estado da Igreja) e sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial são, absolutamente, essenciais para compreendermos a história da Primeira República Portuguesa.

Ao longo deste trabalho procuramos cruzar estas duas problemáticas. Para tal usamos a metodologia de análise do discurso em obras essenciais de memorialismo/diarística de guerra de combatentes portugueses na frente

1. Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Bolseiro do doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Email: luismiguelsmpd@gmail.com.

européia, com uma pequena alusão ao memorialismo de Ferreira do Amaral nas campanhas do sul de Angola.

Após uma breve contextualização sobre o conflito religioso vivido durante a Primeira República, procuramos compreender o ambiente hostil à prática religiosa católica em contexto de guerra.

Começamos por analisar as dificuldades colocadas pelas autoridades republicanas ao envio de capelães e ao livre exercício da religiosidade. Estudamos a fé católica que emergiu do quotidiano de guerra, espaços e experiências de religiosidade individual e coletiva, muitas vezes à revelia das autoridades republicanas. Procuramos perceber os reflexos do quotidiano de guerra na relação entre as autoridades republicanas e os crentes católicos e estudamos a evolução das mentalidades de alguns combatentes no pleno da liberdade religiosa.

Com esta comunicação é nosso objetivo dar a conhecer de que forma o impacto do conflito religioso vivido em Portugal durante a Primeira República foi sentido e se refletiu junto das tropas portuguesas na Grande Guerra e em que medida a participação na guerra contribuiu para esbater a intolerância religiosa dos republicanos mais radicais.

O conflito religioso na primeira república em 1910-1911

A expressão «guerra religiosa» foi usada por Maria Lúcia de Brito Moura para caracterizar o conflito que dividiu a sociedade portuguesa no início do século XX, e que opôs os governos republicanos às instituições religiosas, nomeadamente a Igreja Católica. Os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica não eram novos dentro da sociedade e da política portuguesas. Já no tempo da monarquia constitucional tinham existido momentos de tensão entre os dois poderes, inclusivamente, com a aplicação de medidas tidas como «anticlericais», pelas autoridades liberais e com o deflagrar de escândalos em torno de questões ligadas à religião e à influência dos seus membros na sociedade portuguesa.

Quando a 5 de outubro os republicanos tomaram o poder, a questão religiosa e com ela tudo o que envolvia a influência da Igreja e do clero voltou com um novo

ímpeto para o debate público e institucional, ganhando mesmo uma dimensão e um impacto sociais nunca antes visto.

Nessa altura, enquanto os vencedores republicanos se organizavam, coube ao Governo Provisório, encabeçado por Teófilo Braga, lançar os primeiros alicerces do novo regime, entre eles a laicização da sociedade. A primeira destas medidas foi a publicação de um decreto que punha em vigor as leis pombalinas contra os Jesuítas e a lei de Joaquim António de Aguiar, que extinguiu as ordens religiosas masculinas em Portugal e encerrava os conventos. A esta medida seguiu-se a abolição do ensino da doutrina cristã e do juramento religioso em atos oficiais. O bispo de Beja acabou suspenso das suas funções, a Faculdade de Teologia extinta e a lei do divórcio foi promulgada, entre outros decretos.

A Lei do Registo Civil, promulgada pelos republicanos, correspondeu a outra das suas medidas. Deste modo, o Estado «retirava à Igreja o seu controlo sobre os três momentos essenciais da vida dos cidadãos, — o nascimento, o casamento e a morte»². Na opinião de Vítor Neto, «estava-se, assim, num ponto de chegada de um longo movimento de laicização: o Estado criava, através da nova legislação, uma rutura com o passado»³. Mas, ao mesmo tempo, a legislação republicana nesta matéria colidia «com a mundividência de uma população maioritariamente rural e analfabeta»⁴, quase sempre manipulada pelo clero ultramontano.

Com todas estas alterações de regime a Igreja Católica optou por uma postura inicialmente expectante e cautelosa, até porque, como refere Brito Moura «haveria a esperança de que as leis persecutórias se ficassem pela extinção das congregações religiosas e poucas mais. Quanto à intranquilidade existente em alguns lugares, pensar-se-ia que a calma regressaria em breve, em consonância com a acalmação dos ânimos»⁵.

Mas a 20 de abril de 1911, com a aprovação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, a questão religiosa intensifica-se em Portugal. O Estado considerou-se proprietário de todos os bens da Igreja, desde as propriedades dos bispos às dos padres. O número de seminários foi reduzido. O Estado achou-se no direito de intervir na nomeação dos membros do clero e colocou fortes restrições às práticas de culto no espaço público, fiscalizando o que se passava nas igrejas e

2. NETO, 2014a: 630.

3. NETO, 2014a: 630.

4. NETO, 2014a: 630.

5. MOURA, 2010a: 46.

capelas. Os membros do clero foram ainda proibidos de usar, fora dos templos e cerimónias culturais, os seus hábitos talares.

Seria uma questão de tempo até serem visíveis as consequências desta profunda alteração. Os membros do episcopado aperceberam-se que nada conseguiriam com cedências, suscetíveis de serem interpretadas como atitudes de cobardia. Por isso, protestaram referindo-se à Lei da Separação como uma «violência impolítica», como uma ação de «ódio gratuito» e criticando duramente essa Lei que, segundo a hierarquia, pretendia a «escravização da Igreja».

Os bispos estavam conscientes que o momento histórico era grave para a Igreja e que as leis da República, nomeadamente a de atribuir pensões aos sacerdotes que a ela se submetessem, estavam a criar divisões no seio do clero e dos leigos. Seguiram-se protestos do episcopado. O Governo não gostou e temeu uma sublevação católica. Neste contexto, os prelados receberam apoio do Papa. Os anos que se seguiram seriam marcados por frequentes incidentes um pouco por todo o país entre sacerdotes e autoridades republicanas e entre o Governo e a hierarquia católica⁶.

A hierarquia não foi a única a protestar. Vários grupos de católicos se juntaram a ela, embora sem grandes resultados práticos. «Afirmavam que, através do diploma em causa, a maioria dos portugueses, que professavam o catolicismo, era “sacrificada às exigências de um insignificante grupo de não católicos e de livres-pensadores” e resumiam as medidas antirreligiosas da República a quatro palavras: “injustiça, opressão, espoliação, ludíbrio”.»

Dois anos passados, existia na consciência de muitos católicos a ideia de que a República obrigara a Igreja e os crentes a viverem um século em dois anos.

À conjuntura institucional veio-se juntar uma autêntica guerra de imprensa. Tanto os jornais ultramontanos como os republicanos alimentaram acesas polémicas sobre a questão religiosa, cavando um fosso cada vez mais fundo dentro da sociedade portuguesa.

Um dos nossos memorialistas, Ferreira do Amaral (um dos mais respeitados combatentes portugueses da Grande Guerra), dá-nos a conhecer nas suas memórias um episódio revelador sobre o impacto do conflito religioso vivido em Portugal e das suas consequências dentro da sociedade e do exército. O militar presenciou em 1911, em plenas ruas de Lisboa, um grupo de soldados a

6. MOURA, 2010a: 95.

escortar um veículo militar carregado com imagens de santos e objetos religiosos retirados de uma capela militar. Pelo caminho um grupo de indivíduos atirava terra, pedras e excrementos para cima do veículo militar. Ao escrever as suas memórias, Ferreira do Amaral anotou a terrível divisão que sentiu na cara dos soldados, uns, indignados por verem a sua religião ultrajada desse modo, enquanto outros, se riam em grande «galhofa». Este episódio parece-nos bem revelador do quanto a discussão em torno das questões religiosas grassava um pouco por toda a sociedade portuguesa e como começava a dividir o próprio exército⁷.

A questão da Liberdade Religiosa dos católicos na Grande Guerra

Os primeiros confrontos entre tropas portuguesas e alemãs foram travados logo em 1914 no sul de Angola. Ferreira do Amaral foi enviado para esse teatro de operações integrado na expedição do General Pereira de Eça e é graças às suas memórias que ficamos a conhecer o primeiro episódio diretamente relacionado com a liberdade religiosa em contexto de Guerra. Um republicano radical, livre-pensador, e crítico acérrimo de tudo o que era vivência religiosa vê-se subitamente «convertido» por força da natureza da guerra e da morte e sofrimento que esta implicava. É este episódio que leva Ferreira do Amaral a afirmar: «o Deus dos católicos, nesses dias, começou a aparecer, com relativa frequência, pelo quadrado das Chanas da Mongua»⁸, como quem diz, a crença em Deus e a religiosidade tão criticada por alguns em Lisboa, está novamente de volta e em força.

Amaral não pôde deixar de se rir daquele «figurão», agora «católico converso», a quem dias antes ouvira «as mais soezes e bestiais referências a padres e irmãs da caridade, de mistura com afrontosas frases a respeito da religião católica». E, precisamente por isso fica com a impressão de que «no meu país, 99% dos livres-pensadores são de qualidade de bater nos peitos, de joelhos diante de uma cruz. A questão é... aparecer a ocasião! Haverá muitos católicos a fingir, mas o que dizer dos livres-pensadores a fingir? [...] Ah! Tesos, tesos!»⁹.

7. AMARAL, 1922: 37-39.

8. AMARAL, 1922: 54.

9. AMARAL, 1922: 56.

Com este exemplo vemos como a questão da liberdade religiosa se manifestou nas campanhas de África durante os primeiros anos do grande conflito militar. Contudo, faltará ainda algum tempo até esta ser tomada a sério pelas instituições e começar a ter mais relevantes repercussões. Tal tensão viria a surgir impulsionada pela manifesta política belicista do governo de Afonso Costa. Tendo o país entrado em guerra com a Alemanha em 1916, o Governo da União Sagrada decidiu organizar um Corpo Expedicionário Português com vista a participar no teatro de operações europeu.

Foi precisamente no decorrer desta mobilização que vários grupos de católicos, juntamente com as autoridades eclesásticas do país, decidiram formar a Comissão de Assistência Religiosa em Campanha. Esta Comissão tinha como principal objetivo formar um grupo de capelães destinados a acompanhar as tropas às linhas.

É exatamente neste ponto que as duas instituições, Igreja e Estado, ainda num conflito latente, mas agora em fase de acalmia (lembremo-nos de que o Governo precisava do apoio dos católicos para se manter no poder), voltam a ter posições discordantes, tendo o Governo republicano sérias reservas no que respeita ao envio de sacerdotes para a Flandres.

Contudo, no entender dos católicos, era indispensável a presença de capelães junto das tropas. Apesar da enérgica oposição de muitos livres-pensadores ao envio de capelães para a Flandres, parece que o ministro da guerra Norton de Matos terá mostrado alguma flexibilidade ao afirmar: «Podem, portanto, os católicos, os protestantes e os judeus estar tranquilos. O governo não quer aproveitar-se da campanha para privá-los do que eles julgam ser um benefício indispensável.»¹⁰

Porém, se o Governo parecia concordar com a liberdade religiosa, os seus apoiantes mais radicais faziam-no duvidar e adiar cada vez mais a autorização para a partida dos capelães. Para os mais radicais, sacerdotes católicos e símbolos religiosos (tidos pelos primeiros como propaganda) não faziam nenhuma falta na guerra. Antes pelo contrário, seriam mais um problema para os comandantes e um fator de desencorajamento dos homens.

Mas «nem todos os defensores do regime vigente alinhavam no sentimento de repugnância pela partida dos capelães acompanhando os contingentes militares»¹¹. Prova disso foi a autorização dada pelo Governo. No entanto, tal decisão não

10. MOURA, 2010b: 12.

11. MOURA, 2010b: 18.

revela necessariamente uma vitória ou conquista dos católicos face ao Governo republicano. Revela, isso sim, uma vitória dos republicanos moderados face aos radicais. Sobre isto há ainda alguns fatores a destacar. Primeiro é preciso ter em conta a crescente pressão de alguns oficiais que, tendo já embarcado para França, requeriam cada vez mais ao Governo o envio de capelães.

Ferreira do Amaral, agora como oficial na frente da Flandres¹², foi um dos comandantes que mais cedo compreendeu a importância do apoio religioso para as suas tropas¹³. O seu pedido de um padre para acompanhar os seus homens às linhas coincidiu com o aparecimento no batalhão do chefe dos capelães do CEP, José do Patrocínio Dias. Na verdade, o capitão Amaral não era o único a sugerir às autoridades competentes o envio de capelães. O então comandante-geral das tropas portuguesas na Flandres, general Tamagnini, tinha já enviado diligências ao Governo de Lisboa nesse sentido. Dos 40 capelães pedidos apenas vieram 18, faseadamente. Tendo voltado a insistir, queixava-se Tamagnini: «nem o meu pedido mereceu a atenção de uma resposta»¹⁴.

Ao que parece, até os ingleses e franceses tentaram intervir junto do Governo de Lisboa, de modo que este compreendesse a importância dos capelães junto das tropas. No seu entender, os oficiais aliados fizeram saber que, à semelhança do que acontecia nos seus exércitos, também os sacerdotes portugueses poderiam ter um papel importante na difícil tarefa de manter o moral das tropas.

Com receio, o Governo foi cedendo, mas não a qualquer custo. A escolha de José do Patrocínio Dias para chefe dos capelães, bem como a autorização para a partida dos outros sacerdotes, não foi feita ao acaso. Segundo escreveu Luís Miguel Fernandes na sua tese sobre o então capelão e posteriormente bispo de Beja, a sua escolha teve como fator decisivo o facto de José do Patrocínio Dias nem ser considerado um inimigo do Estado nem desconsiderado pela autoridade eclesiástica¹⁵.

Mal o sacerdote chegou a França, rapidamente se apercebeu de que grande parte dos «oficiais responsáveis pelo comando do CEP manifestavam-se insensíveis e intolerantes com a presença dos sacerdotes em campanha». Deste modo,

12. Ferreira do Amaral, além de ter participado nas primeiras campanhas africanas, foi ainda combatente na Flandres, onde se destacou como comandante do batalhão 15, um dos batalhões portugueses mais famosos de toda a guerra.

13. AMARAL, 1922: 50.

14. MARQUES, 2004: CCIX.

15. FERNANDES, 2014: 68.

Patrocínio Dias compreendia que «aquele ambiente estava pronto a ser inflexível diante de qualquer erro por parte dos capelães»¹⁶.

A bibliografia também nos permite conhecer outros aspetos da intolerância religiosa vivida dentro do exército, sobretudo entre os soldados, onde nos revela ter existido, por parte destes, «o receio de serem ridicularizados ou castigados por assistirem a atos de culto. Porém, havia oficiais que, pelo seu exemplo, lhes mostravam que tinham liberdade de ação religiosa»¹⁷. Um deles foi o já referido Ferreira do Amaral. Mas é nas memórias de Silva Mendes que encontramos a melhor prova desta realidade, quando este autor descreve o episódio em que encontrou os seus homens a rezar de joelhos nas trincheiras em pleno bombardeamento inimigo. O oficial apercebeu-se da perturbação dos seus soldados, envergonhados perante o seu comandante. Nesse momento, Silva Mendes compreendeu, instantaneamente, a importância da vivência religiosa para aqueles homens. O oficial não criticou os seus soldados. Antes lhes disse: «Ajoelhem-se rapazes e acabem a vossa oração e tu, sentinela, se tens fé, reza também que eu vigiarei por ti.» Recebendo como resposta de um dos seus homens: «Pela vida e saúde do nosso alferes, para que Deus no-lo conserve — Padre Nosso e Ave-Maria.»¹⁸

Parece-nos que este episódio é digno de evidenciar a fé envergonhada de boa parte das tropas, bem como o receio que tinham relativamente a muitos dos oficiais livres-pensadores. Tiveram, contudo, a sorte de encontrar um homem moderado no seu comando, que percebeu a importância da liberdade de culto indispensável para os seus soldados.

A fé católica em tempos de guerra: espaços e experiências

À medida que novas tropas portuguesas foram chegando às trincheiras outros portugueses se foram dando conta das particularidades religiosas daquelas terras da Flandres.

Pelo caminho em direção às linhas de combate, alguns portugueses foram-se apercebendo dos efeitos que a guerra tinha vindo a provocar em França. Vicente José da Silva é um dos que nos conta mais pormenorizadamente o que observou

16. FERNANDES, 2014: 70, 71.

17. MOURA, 2010b: 64.

18. MENDES, 1936: 26.

e pensou sobre essa nação em ruínas, que foi encontrando à medida que se aproximava da zona de guerra. Primeiro, terá enviado uma carta ao seu pai onde mencionava, espantado, uma pequena capela erigida ao Sagrado Coração de Jesus. Uma capela em ruínas, onde os soldados iam devotamente acender velas e orar. A esta carta veio a seguir-se, mais tarde, uma outra não menos importante, em que Vicente José da Silva expôs o estranho caso de um crucifixo com uma granada não rebentada na zona inferior da cruz, tendo em seu redor tudo destruído¹⁹.

Este Cristo descrito por Silva Mendes não era o único na região. Existiam muitos outros crucifixos que suscitaram interesse e reflexão nos portugueses. Augusto Casimiro foi um dos que mais meditou ao ver aquelas imagens religiosas entre as ruínas. André Brun também ficou comovido e escreveu belas páginas sobre a imagem de uma Nossa Senhora junto à campa de um soldado inglês. Jaime Cortesão — um crítico do catolicismo pela sua influência nefasta no atraso de Portugal — viu naquelas imagens religiosas «uma verdade indestrutível»²⁰. Para ele as comoventes imagens de fé no meio de toda aquela destruição e vida de trincheiras simbolizavam uma verdade maior, ainda que o autor não vinculasse essa verdade à Igreja Católica. Opinião diferente tinha o escritor Pina de Moraes daquelas cruzes onde via soldados depositar flores e a rezar devotamente. Para ele, tudo isso não passava de «uma truanice ridícula»²¹. Mas até mesmo esta opinião viria a alterar-se ao longo da guerra, descrevendo este autor numa outra passagem dos seus livros o encanto religioso e a fé de um dos seus soldados após um ano de vida de trincheiras.

É importante referir, que além da paisagem devastada e da existência de pequenos santuários improvisados pela zona de combate, o sofrimento e a morte de muitos combatentes contribuíram para o ressurgimento de cerimónias e atos de religiosidade (o que favoreceu a imagem dos capelães) contribuindo desse modo para aproximar católicos e livres-pensadores (republicanos radicais), favorecendo assim o despertar de uma nova mentalidade de tolerância religiosa.

Segundo o estudo de Brito Moura²², parece que a assistência a estes atos de culto foi crescendo durante o conflito. Paralelamente, apercebemo-nos que em

19. SILVA, 1991: 54.

20. CORTESÃO, 1971: 88.

21. MORAIS, 1921: 67.

22. MOURA, 2010b.

alguns memorialistas as questões relacionadas com a religiosidade começam a aparecer por essa altura, como algo diferente, que rompe com o dia a dia monótono e que se veio a tornar, para alguns combatentes, num momento de conforto e renascimento, como acontece com Vicente José da Silva e Augusto Casimiro.

Uma das provas mais significativas que nos revela o esmorecimento das medidas antirreligiosas e do clima de intolerância religiosa dentro do exército português são os testemunhos que o soldado Pedro de Freitas nos transmite sobre o último ano da guerra. Através das suas memórias apercebemo-nos que a vivência religiosa dos crentes não era apenas marcada pela tragédia da morte ou por celebrações religiosas como a eucaristia.

Na Flandres chegou-se mesmo a festejar o S. João, onde, ao que parece, coube à banda de música da qual fazia parte este soldado animar a festividade. Não foi, no entanto, a única festividade religiosa animada por esse grupo de músicos portugueses no ano de 1918. Pedro de Freitas participou igualmente nas festas religiosas da primeira comunhão das meninas de Aubigny-en-Artois, no dia 2 de junho de 1918, a pedido do padre francês que tinha convidado a banda de música a animar a cerimónia.

Pouco tempo depois, o mesmo sacerdote veio a colaborar nas festas em homenagem aos portugueses, ocorridas no dia 13, dia de Santo António. O dito soldado, para quem todas as distrações espirituais eram necessárias, participou também num casamento no dia 9 de março de 1918, em Acq, no qual o sargento Jaime Augusto da Silva era o músico responsável pelo órgão. Ao recordar esta experiência remata com amargura: «o órgão é acompanhado com a cantoria do padre e do sacristão que mais parecem dois bezerras a berrarem. Vozes desafinadas, roufenhas, estridentes, desarmónicas — uma vergonha»²³. Tempos mais tarde, também o coronel Alexandre Malheiro, prisioneiro dos alemães, viria a escrever como os portugueses ficaram impressionados com o conhecimento e sabedoria de alguns padres franceses com os quais se encontraram num campo de prisioneiros na Alemanha²⁴.

23. FREITAS, 1935: 301, 279, 323.

24. MALHEIRO, 1919: 276, 277.

A Grande Guerra como escola de tolerância religiosa

Alexandre Malheiro não foi o único a travar amizade com padres que conheceu na Grande Guerra. Ferreira do Amaral também viu nascer na guerra a amizade de uma vida com José do Patrocínio Dias, chefe dos capelães do CEP.

Numa carta enviada a este seu amigo em 1921, o memorialista agradece-lhe a sua amizade e o seu apoio nos momentos mais difíceis da campanha portuguesa na Flandres. Amaral ficou para sempre grato a este padre. Na altura da participação na guerra o memorialista não se considerava um católico. As suas memórias permitem-nos perceber como Amaral abandonou a religião ainda durante a sua juventude. Mas mais tarde, as experiências que vivenciou na guerra permitiram-lhe perceber a importância da religiosidade para os seus soldados. Desde então, convencido da necessidade de liberdade religiosa para os seus homens, o combatente passou a ser um dos mais acérrimos defensores da liberdade religiosa em contexto de guerra. Ao fazê-lo, ainda que inconscientemente, Amaral foi-se aproximando de um dos mais emblemáticos padres portugueses da época tornando-se seu grande amigo pessoal²⁵. O memorialista tinha-se afastado da religião e da fé por causa de um padre que conheceu na sua juventude. Passado tantos anos parece ter-se aproximado da religião por causa deste novo e amável sacerdote que encontrou nas trincheiras.

A amizade entre estes dois homens emergiu na guerra e fortaleceu-se por causa dela. Mas não foi este o único caso. Nas memórias de Manuel António Correia, um acérrimo republicano, combatente do 5 de Outubro e intervencionista convicto no que diz respeito à intervenção portuguesa na guerra, encontramos uma história semelhante. À partida nada nos faria supor que este militar viesse a construir uma amizade com um outro sacerdote, desta vez, o padre Luís Lopes de Melo. Mas tal aconteceu, e acabou por ser precisamente este sacerdote quem lhe salvou a vida durante um bombardeamento.

Os factos que acabamos de expor revelam como a guerra proporcionou o encontro entre os homens da fé e aqueles que, por opção, trilhavam e continuaram a trilhar um caminho à margem em matéria religiosa, mas cujas experiências vividas na guerra permitiram uma aproximação inicial e, posteriormente, o florescer de

25. AMARAL, 1922: 198-201.

algo de novo, fosse o emergir de um espírito de tolerância religiosa, fosse, em casos como os que acabamos de narrar, o despontar de amizades para a vida.

Outras fontes também nos permitem perceber como a experiência da guerra contribuiu para esbater o conflito religioso travado dentro do exército português e como as experiências nela vividas favoreceu o desenvolvimento de um espírito de tolerância religiosa.

As memórias de Pina de Moraes constituem um exemplo a este respeito. O homem que ao início parecia ridicularizar a fé dos crentes acabou por passar também ele por vários momentos marcantes ao longo da guerra os quais alteraram significativamente a forma como olhava para a religiosidade. Um dos momentos mais marcantes para este autor parece ter sido um encontro, algo místico, com um dos seus soldados pouco antes deste falecer.

Jaime Cortesão, foi outro combatente que ao viver a agonia de ter ficado ferido em combate (quase cego por gases) experienciou momentos de aproximação à fé católica. Momentos como estes, de comoção profunda, em que a própria vida parece evadir-se, marcaram profundamente os homens.

Talvez tenha sido precisamente isso o que, inesperada e silenciosamente, aconteceu a Pina de Moraes, a Ferreira do Amaral e Jaime Cortesão. Estes autores não se converteram no sentido de passarem a assumir uma fé católica. Não fizeram como muitos livres-pensadores que nas horas de aperto se revelaram devotos de ocasião. Estes homens, crentes ou descrentes (poderá alguém nestas matérias ser definido como pertencente a um grupo, a um conceito), aprenderam na guerra a respeitar e a preservar a religiosidade dos seus camaradas, independentemente das suas próprias crenças.

E mesmo os católicos, como nos revelam as memórias de Vicente José da Silva e Augusto Casimiro, viram as suas convicções religiosas substancialmente abaladas, mas também amplamente transformadas. A dúvida e o sentimento de abandono por parte dos homens e de Deus levaram-nos a um aprofundamento da vivência religiosa e à configuração de uma fé mais madura e consciente da ausência, mas também, do amor de Deus pelos homens.

Conclusão

Ao concluirmos este trabalho podemos perguntar-nos: terão os combatentes portugueses regressado das trincheiras da Flandres mais predispostos a defender a liberdade de culto ou a alimentar o conflito religioso que dividia a sociedade portuguesa? Cremos que o presente texto é a melhor resposta a esta questão. Muitos combatentes voltaram da Grande Guerra com o desejo de paz, da paz entre as nações e da paz religiosa indispensável para a manutenção da República. Cremos por isso que a Grande Guerra favoreceu, entre os combatentes portugueses, a emergência de um espírito de liberdade religiosa contrário à intolerância ideológica herdada do conflito religioso vivido nos primeiros anos da Primeira República.

Paradoxalmente, o Cristo das Trincheiras descrito por Vicente José da Silva, Augusto Casimiro, entre outros combatentes, e desprezado e ridicularizado por vários republicanos radicais, tornou-se não apenas o símbolo da liberdade religiosa dos combatentes católicos, mas também o símbolo do sofrimento e da resistência de todos os combatentes portugueses na Grande Guerra. Do mesmo modo, passou a simbolizar um outro valor; o do respeito pela liberdade religiosa dos outros.

Nos meses finais da guerra, e mesmo depois de esta ter terminado, vários combatentes portugueses voltaram a visitar as trincheiras onde tinham combatido e ao fazê-lo não observaram, com espanto, o crucificado miraculosamente intacto entre as ruínas, verificando com emoção «que o santo lenho ali continuava, só mais inclinado [...] talvez porque naquele campo houvesse aumentado o número de mortos, e ele num rasgo de amor se tivesse inclinado para melhor poder abençoar»²⁶.

26. ALMEIDA, 1919: 31.

Fontes e Bibliografia

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2010). *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.
- ALMEIDA, Humberto d' (1919). *Memórias dum expedicionário a França (com a 2.ª brigada d'infantaria) 1917-1918*. Porto: Tipografia Sequeira.
- AMARAL, J. Ferreira do (1922). *A Mentira da Flandres e... o Mêdo*. Lisboa: J. Rodrigues & C.ª.
- BRUN, André (1983). *A Malta das Trincheiras: Migalhas da Grande Guerra 1917-1918*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- CASIMIRO, Augusto (1918). *Nas Trincheiras da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CASIMIRO, Augusto (1920). *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa;
- CORREIA, Manuel António (2011). *Memórias de um Resistente às Ditaduras*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- CORTESÃO, Jaime (1971). *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora.
- FERNANDES, Luís Miguel (2014). *D. José do Patrocínio Dias: o homem, o militar e o bispo restaurador da diocese de Beja (1884-1965)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Dissertação de mestrado.
- FREITAS, Pedro de (1935). *As minhas recordações da Grande Guerra*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- MALHEIRO, Alexandre (1919). *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*. Porto: Renascença Portuguesa.
- MARQUES, Isabel Pestana (2004). *Memórias do General. "Os Meus Três Comandos" de Fernando Tamagnini*. Viseu: Sacre/Fundação Mariana Seixas.
- MARQUES, Isabel Pestana (2008). *Das Trincheiras com saudade: A vida quotidiana dos portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MATOS, Luís Salgado de (2010). *A Separação do Estado e da Igreja Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo 5 de Outubro de 1910 – 28 de Maio de 1926*. Alfragide: D. Quixote.
- MENDES, José R. Silva (1936). *Soldados Valentes Episódios da Grande Guerra*. Leiria: [s.n.].
- MORAIS, Pina de (1919). *Ao Parapeito*. Porto: Renascença Portuguesa.
- MORAIS, Pina de (1921). *O Soldado Saudade na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito (2010a). *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

- MOURA, Maria Lúcia de Brito (2010b). *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. Lisboa: Edições Colibri.
- NETO, Vítor Manuel Parreira (1996). *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal: 1832-1911*. Coimbra: [s.n.].
- NETO, Vítor (2014a). *Legislação republicana em matéria religiosa*. In ROLLO, Maria Fernanda et al., org. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 628-630.
- NETO, Vítor (2014b). *Lei da Separação do Estado das Igrejas*. In ROLLO, Maria Fernanda et al., org. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 630-639.
- SILVA, Luís Miguel (2018). *A Religiosidade dos Portugueses na Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Vicente José da (1991). *A Guerra de 14. Memórias de um Combatente*. [S.l.]: Edições Boa Nova.